

• LÍNGUA E  
LINGUÍSTICA

# DEMANDAS E PROPÓSITOS DE DUAS GRAMÁTICAS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS DO PORTUGUÊS

---

**Francisco Eduardo Vieira\***

**Resumo:** Este artigo reflete sobre as demandas e os propósitos de duas gramáticas brasileiras contemporâneas: Azeredo (2008) e Bagno (2012). A investigação fundamenta-se nos conceitos de “gramatização” (AUROUX, 1992) e “paradigma tradicional de gramatização” (VIEIRA, 2015, 2018), entre outros. A análise, essencialmente qualitativa e interpretativa, mostra que as gramáticas se atentam a outras funções sociais, diferentes dos propósitos genéricos das gramáticas tradicionais, e se deslocam do que socialmente se costuma esperar de um livro de gramática.

**Palavras-chave:** Gramatização. Gramáticas brasileiras. Português brasileiro.

## INTRODUÇÃO

■ **E**ste artigo tem por tema o processo de gramatização emergente no século XXI, decorrente da virada pragmática na pesquisa linguística e no ensino de língua portuguesa no Brasil. Os objetos de análise são dois instrumentos linguísticos que resultaram dessa nova perspectiva de gramatização: a *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2008); e a *Gramática pedagógica do português brasileiro*, de Marcos Bagno (2012). Tais produtos são exemplos de *gramáticas brasileiras contemporâneas do português* (GBCP), obras que pretendem gramatizar a língua falada e/ou escrita no Brasil atual – o português brasileiro (PB) –, a partir de atitudes epistemológicas inéditas, por assim dizer, e distintas da tradição gramatical greco-latina (cf. VIEIRA, 2016; FARACO; VIEIRA, 2016).

---

\* Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil. E-mail: feduardovieira@gmail.com

A análise dessas duas gramáticas será guiada pelas seguintes questões:

1. Considerando o contexto sócio-histórico da virada pragmática, a partir de que motivações e com que finalidades declaradas essas duas obras foram produzidas?
2. O deslocamento paradigmático que elas ajudam a promover estaria construindo uma tecnologia metalinguística incomum, que, embora sob o rótulo “gramática”, atenderia a outras funções sociais?

Diante de tais indagações, o objetivo geral do trabalho assim se configura: examinar a quais práticas sociais essas duas gramáticas dizem atender e a quais interlocutores elas explicitamente se destinam. Tal exame é contraposto a alguns aspectos efetivamente observados nas descrições gramaticais empreendidas pelos dois instrumentos em tela.

É inegável que essas gramáticas são espaços privilegiados de observação da identidade linguística dos brasileiros e do conhecimento que vem sendo desenvolvido e sistematizado sobre o assunto nos centros universitários. A compreensão das evidências e sutilezas desse acontecimento sociocultural que envolve a língua(gem) e os usos que a sociedade brasileira contemporânea dela faz é com o que este artigo pretende contribuir.

Convém dizer que, a esta Introdução, seguem a apresentação das bases teórico-metodológicas do trabalho; as análises das duas gramáticas – Azeredo (2008) e Bagno (2012) –, apresentadas em duas seções, uma para cada obra; e os arremates decorrentes das análises, sob a forma de Considerações Finais.

## O PARADIGMA TRADICIONAL DE GRAMATIZAÇÃO

Toma-se como ponto de partida teórico o conceito de *gramatização* de Auroux (1992, p. 65), entendido como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Auroux utiliza a noção de gramatização para explicar o que para ele constituiu a *segunda revolução técnico-linguística* depois do advento da escrita: a produção massiva de gramáticas de diferentes línguas do mundo, entre os séculos V e XIX, a partir de uma única tradição linguística, isto é, do modelo gramatical greco-latino. À época, foram elaboradas gramáticas não só das mais distintas línguas indo-europeias (como o português), mas também de línguas semíticas e ameríndias. Não por acaso, as gramáticas das línguas ocidentais modernas são repletas de termos cognatos que resultaram da adaptação de termos latinos, advindos, por sua vez, de correspondentes gregos.

Em Vieira (2015, 2018), propusemos uma derivação do conceito de *gramatização* e a conseqüente construção da noção de *paradigma tradicional de gramatização* (PTG), que abarca a elaboração de instrumentos linguísticos de caráter pedagógico e normativo, sobretudo gramáticas, tanto no período da segunda revolução técnico-linguística – marcado pelo progressivo declínio do latim e pela ascensão, desenvolvimento e consolidação dos vernáculos europeus como línguas de cultura escrita – quanto em épocas anteriores e posteriores. O PTG se constituiu a partir de uma ramificação dos estudos linguísticos oriundos da filosofia grega clássica e se tornou mentor teórico-metodológico e socioideológico do que tradicionalmente vem se entendendo por *gramática tradicional* desde os gramáticos alexandrinos da Antiguidade aos gramáticos normativos de hoje em dia, muito embora movimentos de descontinuidade com esse paradigma tenha

se dado durante a história da gramática no Ocidente<sup>1</sup>. Apesar das diferenças incontestáveis entre, por exemplo, a *Tékhne Grammatikē*, de Dionísio Trácio (séc. I a.C.), e a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Cunha e Cintra (séc. XX), há um feixe de traços compartilhados por essas duas obras e por mais tantas outras distantes entre si no tempo e no espaço.

Queremos dizer com isso que a estrutura e o conteúdo das gramáticas sob o crivo do PTG, independentemente de quando e onde foram elaboradas, foram planejadas e produzidas a partir de uma mesma “linha de montagem”. Em geral, esses instrumentos linguísticos: buscam construir e ensinar um padrão linguístico ideal a partir da prescrição de supostas formas corretas e legítimas; veem as variedades linguísticas dominantes na sociedade como superiores às de menor prestígio; confundem *gramática*, *norma* e *língua*, entendendo-as como um objeto autônomo, homogêneo e estático, independentemente de seus usuários e a serviço da expressão do pensamento; privilegiam a escrita literária pregressa em detrimento de outras esferas de uso da língua; tomam a frase como unidade máxima de análise e consideram imanente o seu sentido; utilizam um aparato categorial, conceitual e terminológico comum, fixo e estanque, a despeito de lacunas e contradições.

Em suma, os alexandrinos deram as primeiras diretrizes do que seria conhecido hoje como *gramática tradicional*. A *tékhne* grega foi traduzida e adaptada à *ars* latina, e conservada e propagada pelos gramáticos da Idade Média. Esse fazer gramatical greco-romano transpôs objetivos, ideologias, perspectivas teóricas, escolhas metodológicas e aparato categorial-conceitual ao processo de gramatização de outras realidades linguísticas, dentre elas, o português.

## O PTG E AS GRAMÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

A despeito das vicissitudes no decorrer de aproximadamente cinco séculos (por exemplo, a influência da gramática geral de Port-Royal, dos estudos linguísticos histórico-comparativos, da linguística estruturalista, da recente virada pragmática no ensino de línguas), houve a permanência do PTG na produção de gramáticas do português.

Particularmente às gramáticas do português escritas por brasileiros e para brasileiros, costuma-se tomar como marco inaugural dessa produção a *Gramática portuguesa*, de Júlio Ribeiro, publicada em 1881. Os estudos gramaticográficos do português (cf. FÁVERO, 2001; CAVALIERE, 2000, 2002) costumam afirmar que Júlio Ribeiro (1845-1890) foi o precursor, no Brasil, do método “científico” no fazer gramatical, em contraposição ao método racionalista de viés lógico-filosófico de Port-Royal. Esse gramático e alguns outros que lhe são contemporâneos serviram de modelo para toda a gramaticografia brasileira vindoura. As gramáticas do português que surgiram antes da obra de Júlio Ribeiro pouco mencionavam aspectos linguísticos particulares do português brasileiro, ainda em formação. Porém, também não seria a partir desse gramático que tais aspectos linguísticos seriam gramatizados, legitimados; aliás, ainda hoje, apesar de algumas gramáticas normativas do português incluírem farta exemplificação

<sup>1</sup> Exemplos de instrumentos linguísticos não vinculados ao PTG são as gramáticas especulativas medievais (as gramáticas dos modistas, nos séculos XIII e XIV) e a gramática geral e razoada dos monges franceses de Port-Royal (século XVII). De caráter mais investigativo que preceitivo, tais instrumentos voltaram-se à elaboração de princípios explicativos e gerais sobre a linguagem, comuns a todas as línguas.

de autores literários brasileiros (cf. CUNHA; CINTRA, 1985), a gramatização tradicional brasileira não se emancipou do modelo lusitano, haja vista a defesa da suposta unidade linguística luso-brasileira nas gramáticas normativas, embora sejam as formas e construções particularmente “lusas” – e não brasileiras – as que constituem o ideal linguístico almejado e prescrito.

Além de Júlio Ribeiro, outros gramáticos do final do século XIX e início do XX, como João Ribeiro (1860-1934), Maximino Maciel (1865-1923), Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920), Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) e Manuel Said Ali (1861-1953), representam, em linhas gerais, o espírito que governou a produção brasileira de gramáticas em seus primórdios. A partir de então, o Brasil, embora valorizasse e seguisse a norma lusitana, passou a ter seus próprios instrumentos linguísticos de gramatização, diferentes dos de Portugal.

Nesse contexto, o processo de gramatização brasileira do português criou um espaço de diferença entre a língua do Brasil e a de Portugal, mas sem atentar contra a unidade luso-brasileira (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001). A despeito das polêmicas sobre a existência e legitimidade de uma “língua brasileira” (que tomavam conta dos espaços intelectuais, sobretudo das rodas literárias), houve uma grande onda purista que procurava normatizar a língua do Brasil a partir da gramática dos textos clássicos portugueses. Essas gramáticas do período “científico” não fogem à regra: o português no/do Brasil não é o núcleo das obras, mas um apêndice ou um elemento contrastivo com a norma lusitana, mais valorizada.

Na segunda metade do século XX, em particular após a publicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) – Portaria n. 36, em 28 de janeiro de 1959 –, as gramáticas do português produzidas no Brasil permaneceram sob as bases do PTG. São os derradeiros protagonistas brasileiros desse paradigma os gramáticos Napoleão Mendes de Almeida (1911-1998), Rocha Lima (1915-1991), Gladstone Chaves de Melo (1917-2001), Domingos Paschoal Cegalla (1920-2013), Celso Cunha (1917-1989), Evanildo Bechara (1928-), entre outros poucos. A maioria produziu gramáticas em circulação no mercado editorial brasileiro até os dias de hoje. São elas as atuais gramáticas de referência do português no país.

O PTG, portanto, continua em voga no Brasil de nossos dias. De viés normativo-prescritivo, as gramáticas de referência que cá circulam não contemplam boa parte dos usos linguísticos efetivos dos brasileiros e se valem do arcabouço categorial e conceitual greco-latino, uniformizado pela força homogeneizadora da NGB há mais de meio século.

## **A VIRADA PRAGMÁTICA E A PRODUÇÃO DE GRAMÁTICAS BRASILEIRAS**

Entende-se *virada pragmática* (ou *virada linguística*, para deixar claro que a referência não é exclusivamente à Pragmática, mas também a várias outras disciplinas que privilegiam os usos linguísticos) como uma espécie de mudança de orientação nos estudos da linguagem e, posteriormente, no ensino de língua, sobretudo a partir da década de 1980: a forma (sistema linguístico), antes predominante, cede espaço ao uso (contexto pragmático), que passa a precedê-la nos contextos de pesquisa e de ensino-aprendizagem (VIEIRA, 2016).

A virada pragmática foi a responsável por instaurar um novo conjunto de compromissos para os instrumentos de gramatização do português. Estabeleceu

um cenário epistemológico próprio, um “clima de opinião” (BECKER, 1971 apud KOERNER, 1996) para que novas gramáticas – as GBCP – pudessem ser elaboradas. Esse cenário veio e vem sendo construído lentamente por diversos atores: linguistas preocupados com a descrição do PB e com fenômenos ligados aos usos da língua, autores de livros didáticos voltados a uma visão de língua mais funcional que formal, formuladores de novos parâmetros e diretrizes educacionais sobre o ensino de língua, autores de gramáticas escolares que tentam alcançar domínios textuais e discursivos de análise, os próprios gramáticos tradicionais e suas tentativas de “mudanças” decorrentes do apelo da virada pragmática... Todos eles foram, paulatinamente, criando o contexto necessário para o surgimento das GBCP.

As gramáticas tradicionais do português ainda hoje permanecem sob a epistemologia do PTG, que prescreve, homogeneiza e forja um ideal de escrita fincando-se em modelos literários distantes no tempo e espaço. É justamente contra alguns aspectos desse fazer gramatical que se erguem as GBCP, na tentativa de gramatizar, sob outros crivos epistemológicos, a língua dos brasileiros.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

No intuito de entrever movimentos de ruptura que as GBCP dizem empreender em relação ao PTG, bem como linhas de continuidade entre tradição e contemporaneidade gramatical, são exploradas, neste artigo, duas obras representativas do atual cenário brasileiro de gramatização. A análise está organizada em duas seções semelhantes em estrutura, cada uma dedicada a uma das gramáticas em foco: a *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2008), doravante GA; e a *Gramática pedagógica do português brasileiro*, de Marcos Bagno (2012), doravante GB.

A metodologia empreendida na análise das gramáticas é de natureza essencialmente qualitativa e interpretativa, no sentido de que se trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2001). Os dados falam ao analista e exigem dele um olhar minucioso e fomentador de sentidos, em que nada é trivial e “tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora sobre o nosso objeto de estudo” (BOGDAN; BILKEN, 1994, p. 49). Observa-se o fenômeno investigado enquanto construção humana em processo, considerando sua dinamicidade e contextualização sócio-histórica. A subjetividade é avaliada como fator integral da análise, isto é, não se descarta a constituição subjetiva do objeto e da pesquisa, pois estes são intermediados por seres humanos, dotados de pontos de vista específicos. Isso não significa que a análise não possa conter, no dizer de Rees (2008, p. 256), *validação interna* (possibilidade de os resultados mapearem o fenômeno estudado), *validação externa* (possibilidade de generalizar os resultados para o conjunto de onde saiu a amostra, ainda que cada contexto seja único), *replicabilidade* (possibilidade de outro pesquisador reproduzir o estudo) e mesmo *objetividade* (garantia de os resultados não serem tendenciosos).

Procuramos observar, descrever e interpretar de forma holística as duas GBCP, entendidas como artefatos culturais resultantes de um complexo processo de articulação entre diversos agentes; como objetos multidimensionais e dinâmicos, inscritos em múltiplas redes espaço-temporais (SIGNORINI, 2008). Acreditamos que esse par de instrumentos de gramatização da língua dos brasileiros

consegue ser representativo de nossa produção gramatical à luz da linguística contemporânea. Trata-se de gramáticas relativamente recentes, reconhecidas entre os profissionais da área, escritas por dois grandes linguistas do país, de filiações teóricas distintas. Além disso, descrevem a língua em sua modalidade escrita e/ou falada, a partir de um conjunto diferente de dados predominantemente autênticos. A análise desse material permite, portanto, compreender o contexto de produção das GBCP, em particular os fatores que vêm norteando sua elaboração.

### **GRAMÁTICA HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, DE JOSÉ CARLOS DE AZEREDO (2008) – GA**

Escrita pelo Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo, professor de língua portuguesa do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a GA é uma obra encomendada pelo Instituto Antônio Houaiss, organização especializada em lexicografia e na criação de livros de referência, entre os quais se destaca o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001). Editada em 2008, a GA chegou ao mercado em janeiro de 2009. A terceira e mais recente edição da gramática é de 2010.

Considerada pelo autor uma gramática da “variedade padrão escrita do português em uso no Brasil” (p. 25)<sup>2</sup>, a GA está dividida em oito partes. As três primeiras, essencialmente teóricas, apresentam e discutem questões envolvendo, entre outras noções, as seguintes: gramática, língua e linguagem; variação e mudança linguística; sistema, uso e norma; funções da linguagem e atos de fala; enunciado, texto e discurso na interface com a gramática. Além disso, essas partes trabalham conceitos fundamentais à descrição gramatical proposta, como o de dupla articulação da linguagem; os de frase, oração, proposição, palavra e sintagma; e os de tipos, classes e funções gramaticais. A quarta parte – a maior de toda a obra – é destinada ao tratamento das classes de palavras, da morfologia flexional e da sintaxe dos períodos simples e composto. A quinta é dedicada à fonética e à fonologia, ao passo que cabe à sexta parte a abordagem do léxico, no que diz respeito tanto à história da língua quanto a relações morfossemânticas, e à sétima parte o tratamento dos recursos estilísticos (figuras de linguagem). Por fim, a oitava parte da obra é um apêndice composto de três blocos: dois destinados a convenções da escrita (pontuação e crase) e um dedicado ao tema “português brasileiro”. A GA também apresenta um índice remissivo e duas bibliografias: a dos títulos de teoria linguística e descrição do português, e a das fontes dos textos (literários e não literários) exemplificados ou mencionados na obra.

Na *Apresentação* da GA, são explicitados cinco fatores que nortearam o planejamento e a redação final da gramática:

*(a) a análise e o ensino do português escrito no Brasil ao longo do último século estão amparados numa tradição descritiva que obviamente precisa ser revista, mas nunca ignorada; (b) continuam a ser indevidamente estigmatizadas como “erros gramaticais” muitas formas e construções regularmente empregadas em*

2 Nas citações da gramática analisada, foi dispensada a referência convencional “autor, ano, página” e mencionada apenas a página. Afinal, fica evidente a que gramática se faz referência nesta e na próxima seção.

*textos formais de circulação pública em território brasileiro escritos em português; (c) a maioria dos compêndios escolares disponíveis já reconhece a língua de jornais, revistas e obras não literárias como expressão do uso padrão, mas ainda se revela tímida para a renovação conceitual e descritiva; (d) algumas vertentes da linguística contemporânea, muito influentes nos meios acadêmicos brasileiros, colocam a atividade discursiva – e o texto em que ela se materializa – no centro das preocupações dos pesquisadores; e (e) conseqüentemente, a tradicional unidade máxima da análise – a oração – perdeu este status e passou a ser descrita no contexto maior de sua ocorrência (p. 26).*

Interessante perceber que, em seu conjunto, esses fatores ressoam as características da *virada pragmática*. Atualmente, beira o consensual o discurso que defende o relevo dos aspectos extralinguísticos na análise da língua, a abordagem textual e discursiva dos fatos gramaticais, o respeito às variedades linguísticas diferentes da língua da escola, a renovação do modelo tradicional de descrição gramatical, a consideração da Linguística como disciplina norteadora dos estudos linguístico-gramaticais e das práticas de ensino de língua, entre outras feições dessa guinada da forma aos usos, balizadora do *clima de opinião* que envolve a GA.

Vê-se que a GA é uma das obras que surgem no mercado editorial querendo dar conta das demandas encabeçadas pelo “discurso da mudança”, nos termos de Pietri (2003). Entretanto, se de um lado essa gramática se constitui pela urgência em se deslocar de posicionamentos tradicionais, por outro lado, ela também explicita a necessidade de guardar semelhanças com a tradição descritiva, muito por seu autor acreditar que esse modelo ainda tem contribuições a oferecer ao ensino da língua materna entre nós, como defende em publicação sobre o tema (cf. AZEREDO, 2014). Portanto, a GA, explicitamente, não busca uma ruptura com o já posto, mas, sim, “um ponto de equilíbrio entre a tradição e a renovação, seja na ordenação e articulação dos assuntos, seja nos conceitos teóricos e descritivos, seja ainda na seleção de exemplos” (p. 26). E é exatamente isso que se percebe ao longo de suas páginas: a tentativa de conciliar o pleito do contexto sócio-histórico da virada pragmática à crença na utilidade teórica, taxionômica, terminológica e conceitual do PTG.

A GA reconhece a importância dos estudos linguísticos brasileiros para as análises da estrutura e do funcionamento da linguagem. Menciona a abundância de publicações de linguistas sobre fonologia, morfologia e sintaxe da língua portuguesa, mas salienta a ausência de uma espécie de síntese desses trabalhos, com abrangência análoga à das gramáticas tradicionais, a fim de suavizar o abismo entre a produção de conhecimento no espaço da academia e a elaboração de obras para atender ao mercado de ensino. Cita Castilho (1991-2002), Perini (1995), Neves (2000) e Mateus et al. (1989) como as primeiras tentativas do tipo. Sabemos, entretanto, da pouca relevância no cenário escolar brasileiro dessas gramáticas extremamente complexas, pouco didáticas e escritas numa linguagem distante de leitores não especializados (cf. FARACO; VIEIRA, 2016), embora a GA se cale a esse respeito.

Nessa direção, a GA diz procurar atender às necessidades do “leitor médio”, ou seja, dos “usuários da língua portuguesa em geral, cuja formação requeira, por motivos socioculturais diversos, competência produtiva (expressar) e receptiva (compreender) na modalidade escrita padrão” (p. 27). A obra defende que o



conhecimento da gramática de uma língua serve para construir ou aprimorar as habilidades de expressão e compreensão desse leitor médio, na medida em que a gramática não seja reduzida à nomenclatura gramatical ou a técnicas de análise estrutural e funcional. Assim, a posição da GA é de que

*[...] o ensino da gramática como uma técnica de descoberta e de tomada de consciência dos recursos estruturantes dos enunciados e dos textos aguça a sensibilidade linguística do estudante, de sorte que se desenvolve nele uma espécie de discernimento e de capacidade crítica e avaliativa benéficos ao desempenho da leitura e da expressão (p. 108).*

De acordo com a GA, cabe ao seu leitor aceitar o desafio de investigar o funcionamento da língua e descobrir os meios de colocá-la a serviço da criatividade. Este seria um dos propósitos de uma obra que pretende fomentar reflexões sobre a gramática da língua. Daí sua preocupação em construir um texto acessível, não restrito à leitura de especialistas. O leitor comum é “convidado a participar da construção do raciocínio” e “estimulado a tirar suas próprias conclusões mediante a observação dos fatos da língua” (p. 27).

Esse atributo da GA talvez esteja relacionado a um aspecto organizacional bem saliente na obra: a abordagem dos tópicos gramaticais se vale de textos expositivos constituídos por parágrafos bastante desenvolvidos, em que há espaço para reflexão, argumentação, crítica à tradição. Ainda que a essência da obra não fuja à costumeira sistematização em quatro passos das gramáticas tradicionais – categorizar, definir, subdividir e exemplificar –, os textos não são excessivamente fragmentados para atender a essa organização. Em algumas gramáticas tradicionais, sobretudo nas mais recentes, é comum haver essa forma de textualização mais fluida no tratamento dos conteúdos teóricos, costumadamente apresentados nos primeiros capítulos da obra, mas não nas partes destinadas à descrição/prescrição das formas gramaticais e de seu funcionamento, o cerne de um livro de gramática. Por isso, essa especificidade composicional e estilística marca a GA em muitos momentos. É o que se percebe, por exemplo, no texto sobre a categoria gramatical de gênero no substantivo (item 7.1.2), do qual vale a pena citar ao menos o primeiro parágrafo, exemplar quanto a esse aspecto:

*Os substantivos servem para designar uma vasta e variada série de noções concebidas pelo intelecto humano, cuja sistematização compete propriamente à semântica lexical. Do ponto de vista gramatical, tradicionalmente se consideram relevantes distinções como concreto x abstrato, próprio x comum, animado x inanimado. Na subclasse dos substantivos animados é comum encontrarmos pares como homem/mulher, gato/gata, carneiro/ovelha, rei/rainha, que nossa tradição escolar transformou na razão por excelência da análise gramatical do gênero. A verdade, porém, é que todo e qualquer substantivo pertence a um gênero, e não apenas os que denotam seres animados. O excesso de importância tradicionalmente concedida a essa subclasse se explica pela confusão que se fez entre gênero – que é uma categoria linguística – e a noção biológica, portanto extralinguística de sexo. Este equívoco já estava resolvido desde os trabalhos pioneiros de Manuel Said Ali (1861-1953), mas ainda resta uma certa confusão em obras recentes destinadas ao ensino médio (p. 157-158).*

Após essa introdução, a exposição crítica a respeito do tema continua nas páginas seguintes: por exemplo, a GA argumenta a favor do gênero como traço inerente à classe dos substantivos; conceitua a categoria, explicando e exemplificando as diferentes ordens de seu fundamento (gênero por convenção, por referência e por elipse); e reformula a noção tradicional de gênero como *flexão*, apresentando plausíveis razões para analisá-lo como *derivação*. Essa mesma característica na abordagem da categoria gramatical de gênero marca a obra na lida com outros tantos tópicos morfológicos e sintáticos, a exemplo de *aspecto verbal* (item 8.7), *determinantes* (item 10.7) e *orações adverbiais* (item 14.13).

No entanto, não se pode ignorar que, ao mesmo tempo que são bem-vindas abordagens mais aprofundadas e respaldadas pela ciência linguística de tópicos gramaticais secularmente engessados pela tradição dogmática, esse mesmo movimento, em alguns momentos, complexifica demasiadamente o tratamento de fatos e categorias gramaticais, de modo que o usuário médio, público-alvo da GA, não identifica ali um material útil de consulta rápida. Fica difícil para essa obra, então, alcançar a livre circulação nas salas de aula da educação básica e se tornar uma gramática de referência no ensino-aprendizagem da língua.

Um exemplo é a complexa descrição dos *verbos transitivos*, que surge nos itens 9.4 a 9.9 da GA. Em geral, a despeito da louvável exaustividade descritiva, trata-se de uma abordagem demasiadamente complexa e, conseqüentemente, improdutiva para o público-alvo da gramática – o “leitor médio”, o “usuário da língua em geral”. A gama de categorias, hierarquizadas a partir de critérios múltiplos, predominantemente sintáticos e semânticos, é enorme e perturba até os leitores mais bem preparados. Os verbos transitivos são classificados em *transitivo objetivo*, *transitivo biobjetivo* e *transitivo sem complemento explícito*. Por sua vez, o transitivo objetivo é dividido em *transitivo direto*, *transitivo indireto* e *transitivo relativo*; o transitivo biobjetivo, em *transitivo direto e indireto*, *transitivo direto e relativo*, *transitivo direto e predicativo*, *transitivo relativo e predicativo* e *transitivo birrelativo*. O exagero metalinguístico e a conseqüente inoperância pedagógica segue na subclassificação, por exemplo, dos verbos transitivos diretos, como sistematizado a seguir:

### Quadro 1 – Subclasses dos verbos transitivos diretos, de acordo com a GA

1. Verbos de ação/movimento em geral, complementados por substantivos referentes a seres concretos.
2. Verbos cujo objeto se refere a partes ou a uma entidade cuja constituição interna seja divisível em partes.
3. Verbos que denotam conhecimento intelectual/intuitivo e ocorrem complementados por proposições ou substantivos capazes de condensar conteúdos proposicionais.
4. Verbos que denotam atividade comunicativa e ocorrem complementados por proposições ou substantivos capazes de condensar conteúdos proposicionais.
5. Verbos que denotam, em geral, uma mudança de estado à qual a entidade designada pelo complemento é submetida.
6. Verbos que se referem a uma propriedade ou estado a serem explicitados no complemento.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como se vê, a GA não economiza na quantidade de subtipos, subcategorias, subclasses, subdivisões envolvendo um tópico gramatical. Às vezes, inclusive, lhe falta uma orientação eficiente, capaz de monitorar cognitivamente o leitor de seus longos e densos textos expositivos. Por exemplo, na já mencionada abordagem das *orações adverbiais* (item 14.13), são citados quatro tipos gerais, de acordo com a natureza semântica da relação estabelecida: relação de causalidade, de temporalidade, de contraste, de modo/comparação (p. 323). Entretanto, os tipos apresentados no decorrer da exposição (p. 323-336) não correspondem, nem mesmo em quantidade, ao conjunto anteriormente enunciado: além de serem cinco (e não quatro) o número de orações adverbiais efetivamente discutidas, intitulam subpartes da gramática a relação de proporção e a relação de adição/preterição, e não mais a relação de modo/comparação.

Em suma, a GA é um livro que responde, em certa medida, às demandas do contexto sócio-histórico da virada pragmática nas pesquisas e no ensino-aprendizagem de língua no Brasil. Escrita por um brasileiro e para brasileiros, tem como propósito servir de gramática de referência da modalidade padrão escrita da língua portuguesa em nosso país. Em certos pontos, se desloca do PTG, em termos conceituais e descritivos, mas também não o ignora. Afirma que pretende reconhecer usos não literários como possíveis expressões do padrão linguístico, considerar aspectos da atividade textual-discursiva como indispensáveis à descrição gramatical e legitimar construções indevidamente estigmatizadas mas empregadas amplamente em nosso território. Todavia, apesar de visar o leitor comum, não raro apresenta densas exposições teóricas e descritivas, que seriam mais adequadas ao público especializado: linguistas, professores de português, estudantes de letras etc. De certo modo, isso inviabiliza seu alcance escolar ou mesmo seu *status* de livro de referência para o público em geral.

### **GRAMÁTICA PEDAGÓGICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO, DE MARCOS BAGNO (2012) – GB**

Escrita pelo Prof. Dr. Marcos Araújo Bagno, professor da Universidade de Brasília (UnB), a GB, nas palavras de seu autor, se presta a “examinar e descrever o funcionamento de uma língua específica, o português brasileiro contemporâneo” (p. 13). A obra foi finalizada em 2011, mas lançada no mercado em janeiro de 2012, pela Parábola Editorial.

Dentre as GBCP, a GB é uma das mais extensas: precedidas por uma apresentação (*Aviso aos navegantes*) e uma introdução (*Gramática: a quem será que se destina?*), suas cinco principais partes, denominadas “livros”, somam cerca de mil páginas. O Livro I (*Epistemologia do português brasileiro*), composto de três capítulos (45 páginas), teoriza sobre a noção de língua que fundamenta a obra e, por conseguinte, sobre as noções de língua materna, vernáculo brasileiro e PB; o Livro II (*História do português brasileiro*), também composto de três capítulos (porém 176 páginas), explica a história da nossa língua, do galego ao brasileiro, a partir de uma abordagem da mudança linguística como processo sociocognitivo, dando destaque à formação do léxico portugalês; o Livro III (*Multimídia do português brasileiro*), composto de dois capítulos (110 páginas), é dedicado à exploração da fonologia e da escrita/ortografia do PB; o Livro IV (*Lexicogramática do português brasileiro*), composto de doze capítulos (532 páginas),

se revela o coração da obra, apresentando uma descrição da morfossintaxe do PB; e o Livro V (*Didática do português brasileiro*), composto de dois capítulos (79 páginas), reflete sobre erro e correção gramatical, além de sintetizar as especificidades do PB que precisariam ser ensinadas aos alunos nas aulas de língua materna. Por fim, a GB apresenta uma extensa bibliografia, dois índices remissivos (um de assuntos e outro de nomes) e um índice geral.

Como se pode inferir a partir desse sumário, os princípios teórico-epistemológicos da gramática são desenvolvidos nos Livros I e II, pois são esses que explicitam uma teoria do conhecimento e uma teoria da linguagem que fundamentam os posicionamentos assumidos na obra. Entretanto, esses dois primeiros livros também contribuem com a descrição do PB, pois neles as reflexões teóricas são fartamente exemplificadas. Por sua vez, os Livros III, IV e V, responsáveis pela proposta descritiva da GB, também favorecem discussões de natureza teórica, pois dialogam com as noções apresentadas nos dois livros anteriores e discutem propostas de descrição da língua filiadas à gramática tradicional ou a pesquisas linguísticas atuais, a fim de acolhê-las ou propor novas análises, categorizações e conceitos.

A gramática em foco afirma se identificar com outras duas GBCP que têm o epíteto *português brasileiro* no título: a *Gramática do português brasileiro*, de Mário A. Perini (2010); e a *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba T. de Castilho (2010). Essas duas obras consideram a fala (a partir de dados inventados ou autênticos, respectivamente) para a descrição da língua, rompem com a tradição de vincular o estudo gramatical da língua dos brasileiros à realidade portuguesa (europeia) e se desvencilham de um padrão literário do passado. Isso é o suficiente para a GB afirmar que gramáticas como a de Perini, por exemplo, “representam uma radical mudança na história das publicações brasileiras” (p. 25).

Por outro lado, tanto Perini (2010) quanto Castilho (2010) não apresentam pretensões didático-pedagógicas voltadas para o trabalho do professor em sala de aula<sup>3</sup>. A despeito de iluminar e valorizar a língua materna dos brasileiros, tais obras são fundamentalmente destinadas ao público acadêmico-universitário e dialogam apenas tangencialmente com as demandas pedagógicas do professor. É essa lacuna que a GB pretende preencher no mercado das GBCP, colaborando mais efetivamente com a reflexão docente sobre a língua e a linguagem em sala de aula. Trata-se, portanto, de uma gramática explicitamente direcionada ao professor brasileiro de língua portuguesa. Nas palavras do autor, a GB

*[...] tem, primordialmente, no seu horizonte de leitores potenciais, as professoras e professores em formação ou já formados que exercem o magistério no ensino fundamental e/ou médio e na educação de jovens ou adultos, ou que se preparam para essa tarefa* (p. 20).

Reside aí a acepção de “pedagógica” presente no título da GB. Essa gramática não toma “pedagógica” no sentido de “escolar”, “para uso do aluno”, até porque ela parte da premissa de que seus leitores já possuem um conhecimento básico da linguística moderna e têm familiaridade com a doutrina gramatical tradicional. O pedagógico na obra diz respeito a sua intenção de colaborar com a formação do professor, de modo que se assume como a primeira gramática de uma

<sup>3</sup> A gramática posterior de Perini (2016), versão ampliada e revista de Perini (2010), também não se prestaria a tais propósitos.

pedagogia do português brasileiro. De acordo com a GB, há uma série de conhecimentos fundamentais, relativos à teoria linguística, aos aspectos gramaticais do PB e à prática docente que a maioria dos professores de português costuma desconhecer, uma vez que tais conhecimentos não seriam trabalhados adequadamente nos cursos de Letras. Caberia a essa gramática, então, minimizar essas lacunas na formação docente.

Não por acaso, reflexões sobre prática docente perpassam toda a GB, do Livro I ao V, organizadas em capítulos inteiros ou em espaços específicos para comentários desse teor. Além de o Livro V apresentar dois capítulos em torno da didática do português brasileiro – um focando a natureza do erro e alguns aspectos do processo de hipercorreção (capítulo 21), e outro sintetizando as formas e construções que (não) devem ser ensinadas aos alunos (capítulo 22) –, há também algumas subseções de caráter eminentemente didático-pedagógico no Livro IV, destinado à descrição morfossintática do PB. É o caso, por exemplo, da *Sugestão para o ensino do “a craseado”* (capítulo 19, p. 874-875), em que a GB propõe uma pesquisa sobre o fenômeno a partir de textos, visando à inferência das regras do acento indicador da crase por parte dos alunos; e das subseções *Sugestão para o ensino de cujo* e *Sobre o ensino dos demais pronomes relativos* (capítulo 20, p. 906-917), em que é recomendado um exame da tradição normativa na lida com esses termos, juntamente com a constituição de um *corpus* para a coleta de dados autênticos e análise do fenômeno com base nos usos contemporâneos.

Além desses capítulos e subseções norteadas pelo trabalho com a prática docente, a GB também apresenta, ao longo de toda sua extensão, em particular ao final da abordagem de vários fenômenos envolvendo as especificidades gramaticais do PB, caixas de texto tracejadas e sinalizadas por um grande ponto de exclamação (!), com reflexões sobre as consequências pedagógicas do assunto abordado e sugestões de mudança/aprimoramento da prática do professor. O quadro a seguir ilustra esse recurso didático recorrente na obra e exemplifica seu forte compromisso pedagógico, que a caracteriza e a distingue das demais GBCP:

### Quadro 2 – Algumas sugestões didático-pedagógicas da GB

Fenômeno abordado	Recomendação ao professor (trechos)
Concordância nominal e verbal	Por isso, em sala de aula, é imprescindível chamar a atenção dos alunos, principalmente na produção escrita mais monitorada, para as marcas (redundantes, pleonásticas, tautológicas) de concordância que devem ser aplicadas a todos os elementos do sintagma em questão (p. 707).
Mistura de tratamento ( <i>tu</i> e <i>você</i> )	A partir dessa pesquisa, que deve envolver docentes e estudantes, é útil promover uma crítica da abordagem oferecida pelos livros didáticos e sistematizar (num quadro, por exemplo) os usos autênticos encontrados no <i>corpus</i> . Se é habitual encomendar trabalhos de pesquisa nas demais disciplinas do currículo escolar, não existe motivo para que eles também não sejam feitos nas aulas de língua (p. 759).

(continua)

**Quadro 2** – Algumas sugestões didático-pedagógicas da GB (conclusão)

Fenômeno abordado	Recomendação ao professor (trechos)
Clítico <i>the</i> como objeto direto	Colega docente, não perca tempo tentando ensinar a seus alunos e às suas alunas que o índice de pessoa oblíquo <i>the</i> só é usado como objeto indireto. Não é verdade! Ele também é empregado como objeto direto há muito tempo, inclusive por nossos melhores escritores [...] Vamos usar o precioso tempo de sala de aula para coisa mais importante, como a leitura e a escrita, a releitura e a reescrita? (p. 767).
Demonstrativos <i>este versus esse</i>	É perda de tempo tentar inculcar nos aprendizes uma diferença entre <i>esse</i> e <i>este</i> que não existe mais na língua e que não é rigorosamente seguida nem sequer pelos que produzem gêneros escritos mais monitorados [...] Uma boa sugestão é coletar textos escritos, por exemplo, em jornais e revistas e ver como se dá ali o uso dos demonstrativos (p. 795).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Portanto, fica claro que o público-alvo da GB é o professor de português da educação básica, seja atuante ou ainda em formação. Esse endereçamento é raro em se tratando da gramaticografia brasileira. A GB, produto das demandas pedagógicas de nossa época em se tratando do ensino de língua e gramática, faz uma severa crítica às gramáticas tradicionais luso-brasileiras e às consequências de se reforçar, em sala de aula, suas prescrições descabidas e seu confuso arsenal categorial e conceitual, ao passo que procura legitimar o ensino dos usos e normas próprios do PB. Em certo momento (p. 556), inclusive, a GB argumenta que a didática da tradição moderna ainda é a mesma da Idade Média latinizada, sugerindo que ainda não nos libertamos do período de espelhamento na gramática latina.

Diante do intento de propor mudanças paradigmáticas consubstanciais na descrição da língua dos brasileiros e no seu ensino, a GB, acertadamente, se apresenta como uma gramática *propositiva* e *militante*: reconhece o PB como língua plena e autônoma, que deve se orientar por seus próprios princípios de funcionamento e não pela tradição gramatical voltada para o passado do português europeu literário; e defende a plena aceitação de novas regras gramaticais que já pertencem a nossa língua há muito tempo e que, também por isso, devem fazer parte de seu ensino sistemático. Para praticar o que teoriza, emprega conscientemente formas linguísticas próprias do PB, mas que ainda são alvos de preconceito e perseguição purista.

*Ninguém se assuste ao topiar com construções do tipo nos grupos que fazemos parte ou tem muitos problemas nessa descrição, ou tendo transformado ela numa regra, ou não se conhece as origens exatas dessas palavras* (p. 14),

adverte a obra, mostrando seu compromisso político-ideológico de militância, a favor de uma atitude não preconceituosa e de desmistificação de certas ideias linguísticas do senso comum.

Essa defesa de uma proposta de gramática capaz de subverter o secularmente posto pela gramatização do português responde às demandas brasileiras da virada pragmática e da “educação linguística”. Na verdade, a divulgação da educação linguística faz parte da agenda militante do autor da GB – a exemplo de Bagno (2009, p. 155-156). Trata-se de uma proposta de uma pedagogia de língua que favorece a formação cidadã, constituída de três frentes principais: 1. *variação linguística*: o (re)conhecimento da realidade múltipla, variável, mutante e heterogênea da língua, sujeita aos influxos das ideologias e dos juízos de valor; 2. *reflexão linguística*: a constituição de um conhecimento sistemático sobre a língua, tomada como objeto de análise e investigação; 3. *letramento*: o desenvolvimento ininterrupto das habilidades orais e escritas.

Corroborando esses princípios, a GB é construída em consonância com a ideia de que a função principal da escola é promover o letramento dos alunos por meio das práticas de leitura e escrita, de modo que a reflexão sobre a língua e a linguagem passe a ser feita primordialmente através de atividades epilinguísticas. Isso também significa que o funcionamento dos recursos linguístico-gramaticais deve ser analisado a partir de textos autênticos falados e escritos, num enfoque semântico-pragmático-discursivo, já que estão em função da produção de sentido na interação social.

Dessa forma, decorrente dos compromissos com a virada pragmática e com a educação linguística, a obra toma algumas decisões político-ideológicas acerca da língua que gramatiza, o português brasileiro, as quais podem ser sistematizadas nos pontos a seguir: 1. consideração do PB como língua plena e autônoma, e não como uma variedade do português europeu; 2. aceitação como válido e correto de todo e qualquer uso linguístico que já esteja incorporado ao vernáculo geral brasileiro, falado e escrito; 3. assunção de uma norma urbana culta real, radicalmente distinta da norma-padrão clássica; 4. defesa de um ensino de língua com base nessa norma urbana culta real, de modo a facilitar sua aquisição por aprendizes de diferentes variedades sociolinguísticas.

Essas quatro diretrizes fazem com que a GB não tenha a pretensão de descrever exaustivamente o PB em seus aspectos fonológicos e morfossintáticos. Reconhece, inclusive, que obras como a gramática de Castilho (2010) já tentam cumprir essa tarefa com competência. Por seu caráter pedagógico, propositivo e militante, a GB investe na descrição das regularidades gramaticais que, embora pertençam a praticamente todas as variedades do PB contemporâneo e o individualizem, não são contempladas pelas gramáticas do PTG ou, quando nelas mencionadas, costumam ser censuradas. Nesse sentido, a GB não se revela uma gramática eminentemente descritiva do PB, mas, sim, uma gramática descritiva dos principais desacordos morfossintáticos entre o PB e o português clássico prescrito pela tradição. Ou seja, o foco da gramática não é o PB em si, mas as diferenças entre ele e a norma-padrão do português, a serviço da prática pedagógica do professor nas escolas brasileiras.

A análise de qualquer capítulo que aborda a morfossintaxe do PB – Livro IV, capítulos de 9 a 20 – ilustra o que aqui está sendo afirmado: a descrição da língua conduzida pela GB se direciona ao combate à servidão gramatical, à vigilância purista, de modo que o contraste entre usos reais do PB e norma-padrão idealizada é o que conduz os trabalhos. Por exemplo, o capítulo 12, dedicado aos verbos, entre outros fenômenos, aborda: a *regência verbal* (itens 12.6 e 12.7) a partir das principais mudanças de transitividade ao longo da história do PB,

comparando uma lista de regências tradicionais às regências contemporâneas do português brasileiro falado e escrito; a *conjugação verbal* (item 12.8) a partir do contraste entre o paradigma clássico e os paradigmas reais das variedades rurais/rurbanas (de menor prestígio social) e urbanas (de maior prestígio social) do PB; as *categorias semânticas do verbo – aspecto, modo, tempo e voz* (item 12.10) – a partir da desconstrução do que é posto secularmente pela tradição, mas que pouco corresponde à realidade do PB; os *verbos auxiliares* (item 12.13) a partir de uma perspectiva mais ampla do fenômeno, não se limitando aos verbos *ter* e *haver* nos tempos compostos (*tenho viajado; havia chegado*) e *ser* nas construções passivas (*é considerado o melhor*), como feito pela tradição; a *concordância verbal* (item 12.18) a partir dos conceitos de redundância, tautologia e gramaticalização, que podem explicar as principais divergências entre as regras de concordância prescritas pela tradição e as regularidades gramaticais observadas no PB falado e escrito.

Portanto, a despeito dos muitos pontos em comum entre as regularidades gramaticais do PB e as regras da norma-padrão do português, os aspectos morfossintáticos em evidência e o modo de abordá-los condizem com a postura militante e propositiva da GB em favor do reconhecimento do PB como língua plena e autônoma. Em linhas gerais, essa obra se revela uma *gramática de contrastes* entre a prescrição tradicional e a descrição real da língua dos brasileiros, focalizada não em sua totalidade, mas, sim, em seus aspectos essenciais a uma pedagogia de ensino de língua que promova a reflexão crítica sobre os verdadeiros usos linguísticos contemporâneos dos brasileiros cultos e urbanos.

Em suma, convicta de que as gramáticas prescritivas do português não podem servir de material de estudo e consulta para os professores de língua materna (ou mesmo para os professores de PB como língua estrangeira), a GB pretende dar conta dessa demanda pedagógica advinda com a virada pragmática. Nesse contexto, o objetivo maior da obra – explicitado no Livro I, dedicado à apresentação de seu aparato epistemológico – seria justamente o de “contribuir para que os docentes conheçam melhor a sua própria língua, se reconheçam nela e se sirvam dela como seu objeto de trabalho na educação linguística de seus aprendizes” (p. 104). Diferentemente da GA, a GB é uma gramática do PB destinada diretamente ao professor de língua em atuação ou que atuará em diferentes salas de aula do país. O diálogo com o professor é constante, bem como as reflexões didático-pedagógicas envolvendo os fenômenos linguísticos em cena. Além disso, ciente da imperiosa necessidade dos brasileiros de um modelo de referência coerente com suas práticas sociais de linguagem que exigem um maior grau de monitoramento estilístico, a GB também pretende favorecer a construção de tal modelo. Para tanto, não propõe uma descrição exaustiva do PB, mas, sim, a descrição dos aspectos de nossa língua que precisam urgentemente, na visão da obra, ser gramatizados e legitimados na lida diária com a linguagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo refletiu sobre as demandas e os propósitos, declarados ou não, de dois instrumentos emergentes no cenário da gramatização brasileira contemporânea: a *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2008), e a *Gramática pedagógica do português brasileiro*, de Marcos Bagno (2012).



Essas duas obras, cada qual a seu jeito, comprometem-se com o contexto sócio-histórico da virada pragmática e do discurso da mudança nas pesquisas e no ensino-aprendizagem de língua no Brasil. Todavia, embora se possa dizer que elas refletem a fertilidade dos estudos linguísticos brasileiros, é a GB a que mais se aproxima de uma visão de gramática como disciplina científica, indo de encontro mais veementemente às certezas seculares da doutrina gramatical.

Outro distanciamento da tradição reside no trabalho predominantemente descritivo realizado por ambas as gramáticas, com foco nos aspectos do português brasileiro caracterizadores de nossa realidade linguística há tempos. Essas gramáticas estão cientes da necessidade de um modelo de referência coerente com seus usos escritos (e falados, no caso da GB) dos brasileiros, de modo que pretendem favorecer a construção de tal modelo. O compromisso, em particular, da GB com a autonomia e legitimidade do PB na qualidade de língua dos brasileiros faz com que as descrições sejam centradas nos fenômenos costumeiramente negligenciados pelo PTG, resultando, entretanto, não exatamente numa descrição do PB, mas, sim, numa descrição dos principais desacordos morfosintáticos entre o PB e o português clássico prescrito pela tradição. Ergue-se sobre a sombra da norma-padrão portuguesa, à medida que afirma dela se afastar. Em última análise, a GB se assemelha a uma espécie de “errata da tradição normativa”, uma “gramática de contrastes” entre aspectos morfosintáticos prescritos e sua contraparte descritiva e realística.

Convém dizer que a GA também se propõe a legitimizar construções indevidamente estigmatizadas pelos puristas de plantão; no entanto, diferentemente da GB, esse não é seu ponto forte. Não raro, um mesmo fato gramatical é abordado ora a partir de um posicionamento emancipador, ora a partir de uma atitude tradicional. Além disso, a descrição efetiva do português do Brasil por vezes é renegada a observações periféricas, notas de rodapé e apêndices. Não é à toa que a obra diz buscar um ponto de equilíbrio entre tradição e renovação, apresentando, por conseguinte, certa continuidade com o PTG no que diz respeito aos propósitos sociais desses instrumentos – embora reconheça usos não literários como possíveis expressões do padrão do português do Brasil e considere aspectos da atividade textual-discursiva na descrição gramatical cumprida.

Efetivamente, o público-alvo dessas duas gramáticas não é o estudante da educação básica, nem mesmo o leitor comum, mas, sim, o *leitor especializado*: o linguista, o professor de português, o estudante de letras. A GA até se apresenta como gramática de referência da modalidade padrão escrita da língua portuguesa em nosso país, mas suas densas exposições teóricas e descritivas acabam por inviabilizar parcialmente seu alcance na escola e nas demandas linguístico-gramaticais do cotidiano. Em outras palavras, a depender do que se pesquise nela, é provável que alguém com uma simples dúvida relacionada à terminologia gramatical ou ao uso de determinada forma ou construção linguística tenha dificuldade em encontrar uma solução também simples e rápida. Isso faz com que se levante a hipótese de que o espaço das gramáticas tradicionais do português tenha sido pouco abalado com essas novas publicações, as quais, se respondem às urgências da virada pragmática, não atendem às demandas ordinárias do consulente comum. As obras são denominadas “gramática”, mas, a rigor, consistem em instrumentos linguísticos sem precedentes, atentos a outras funções sociais, diferentes dos propósitos genéricos das gramáticas tradicionais. Nesse sentido, o afastamento da tradição ocasiona, em última análise, um deslocamento no que socialmente se costuma esperar de um livro de gramática.

**DEMANDS AND PURPOSES OF TWO CONTEMPORARY BRAZILIAN PORTUGUESE GRAMMARS**

**Abstract:** This article reflects on the demands and purposes of two contemporary Brazilian grammars: Azeredo (2008) and Bagno (2012). The investigation is based on certain concepts, such as “grammatization” (AUROUX, 1992) and “traditional paradigm of grammatization” (VIEIRA, 2015, 2018), among others. The analyses are mainly qualitative and interpretative. Results show that grammars take other social functions into consideration, different from the general purposes of the traditional grammars, and they move away from what is usually socially expected of a grammar book.

**Keywords:** Grammatization. Brazilian grammars. Linguistic Historiography.

**REFERÊNCIAS**

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992.
- AZEREDO, J. C. de. Como defino a *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, de minha autoria. In: NEVES, M. H. de M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Org.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. São Paulo: Parábola, 2014. p. 80-85.
- AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2011 [2008].
- BAGNO, M. *Gramática: passado, presente e futuro*. Curitiba: Aymarã, 2009.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BOGDAN, R.; BILKEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto editora, 1994.
- CASTILHO, A. T. de (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1991-2002. v. I a VIII.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CAVALIERE, R. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: EdUFF, 2000.
- CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos. *Confluência*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 102-119, 1º sem. 2002.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008 [1985].
- DIONÍSIO. *Tékhne Grammatikē. Séc. I a.C.* In: CHAPANSKI, G. *Uma tradução da Tékhne Grammatikē, de Dionísio Trácio, para o português*. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. p. 21-36.
- FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (Org.). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FÁVERO, L. L. Gramática é a arte... In: ORLANDI, E. P. (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat Editora, 2001. p. 59-70.

- KOERNER, K. Questões que persistem em historiografia linguística. *Revista da ANPOLL*, n. 2, p. 45-70, 1996.
- MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2005 [1989].
- MINAYO, M. C. de S. *Pesquisa social: teoria, método, criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática dos usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat Editora, 2001. p. 21-38.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996 [1995].
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- PIETRI, Ê. de. *A constituição do discurso da mudança do ensino de língua materna no Brasil*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- REES, D. K. Considerações sobre a pesquisa qualitativa. *Signótica*, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 253-274, jul./dez. 2008.
- RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. 7. ed. São Paulo: N. Falcone & Comp., 1913 [1881].
- SIGNORINI, I. A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para a linguística aplicada contemporânea. In: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2008. p. 169-190.
- VIEIRA, F. E. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.
- VIEIRA, F. E. *Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: movimentos de ruptura e linhas de continuidade com o paradigma tradicional de gramatização*. 2015. Tese (Doutorado em Letras)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- VIEIRA, F. E. Gramatização brasileiras contemporânea do português: novos paradigmas? In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (Org.). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os autores*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p. 19-69.

Recebido em janeiro de 2018.

Aprovado em junho de 2018.